



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Aguiar, Boa Ventura, Cajazeirinhas, Conceição, Coremas, Curral Velho, Diamante, Ibiara, Igaracy, Itaporanga, Manaíra, Nova Olinda, Olho D'água, Pedra Branca, Piancó, Princesa Isabel, Santa Ines, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, Sao José de Caiana, Sao Jose de Princesa, Serra Grande, Tavares
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/06/1992
Data de instalação	13/04/1993
Data da última correição	17 de junho de 2022
Período de correicionado	1º/6/2022 a 28/2/2023

Aos 28 de março de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Itaporanga, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 004/2023 publicado no DEJT - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pelo Juiz titular, Marcello Wanderley Maia Paiva, pela Diretora de Secretaria, Rafaela Nogueira Trajano, e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/6/2022 a 28/2/2023 (9 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Marcello Wanderley Maia Paiva	Ato TRT SGP nº 170/2022 - 14/12/2022

Registre-se que o Magistrado David Sérgio Coqueiro dos Santos atuou como juiz titular na Unidade correicionada até o dia 13 de dezembro de 2022 quando foi removido para a 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande - Ato TRT SGP nº 169/2022.

1.3 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Itaporanga conta, atualmente, com 7 servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Carlos Andre Dias dos Santos	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	9/1/2023
Goncalo de Sousa Pontes Junior	Técnico Judiciário	25/10/2016
Marcones Carvalho Sousa	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	15/9/2021
Maria Madalena Barboza da Silva	Técnico Judiciário – Assistente III	20/8/2008
Nivaldo Freitas Correia de Oliveira	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	5/8/1993
Rafaela Nogueira Trajano	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	21/12/2022
Terezinha Oliveira Remigio	Técnico Judiciário – Calculista	13/4/1993



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por setores, no Sistema PJe.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

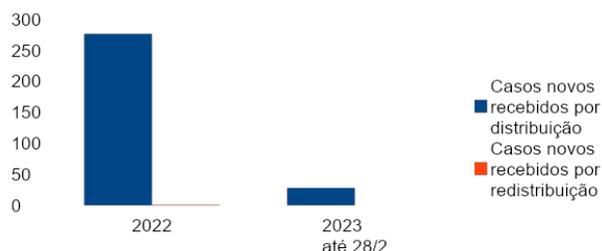
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Itaporanga contabilizava, em 28/2/2023, um acervo processual de 297 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	156
Fase de Liquidação	2
Fase de execução	138
Cartas precatórias e de ordem	2
TOTAL	297

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	276	28
Casos novos recebidos por redistribuição	1	-
TOTAL	277	28



No período correccionado há registros de 5 processos recebidos com sentenças reformadas, pela instância superior, abaixo relacionados:

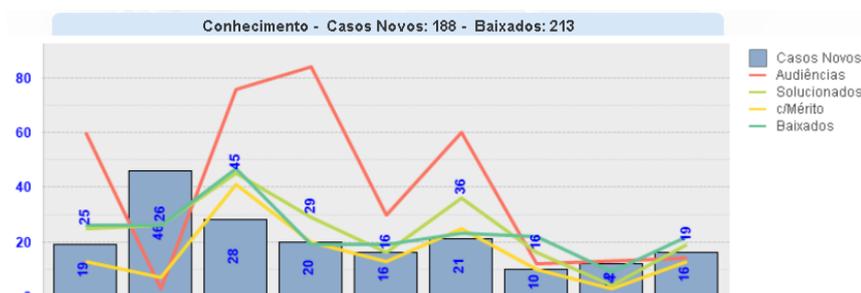
Sentenças reformadas
0000328-552018.5.13.0019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000457-26.2019.5.13.0019
0000461-63.2019.5.13.0019
0000489-31.2019.5.13.0019
0000599-30.2019.5.13.0019

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (junho/22 a fevereiro/23):

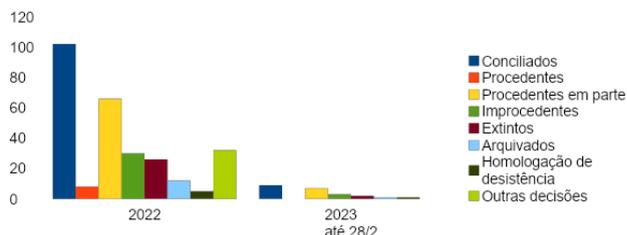


2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 28/02
Conciliados	102	9
Procedentes	8	-
Procedentes em parte	66	7
Improcedentes	30	3
Extintos	26	2
Arquivados	12	1
Homologação de desistência	5	1
Outras decisões	32	-
TOTAL	281	23



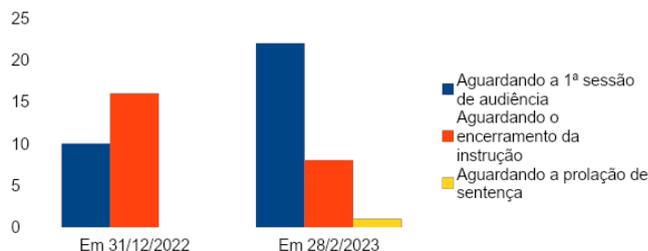
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 28/02/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	10	22
Aguardando o encerramento da instrução	16	8
Aguardando a prolação de sentença	-	1
TOTAL	26	31



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 28/02	Variação (%) 2022/2023
Fase de conhecimento	165	155	- 6,06%
Fase de liquidação	2	2	0%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de execução	206	138	-33,01%
------------------	-----	-----	---------

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	7	47	45	56	0
Conciliação em conhecimento	4	2	1	3	0
Conciliação em Execução	0	1	0	0	0
Una	0	4	3	1	1
Instrução	19	24	20	35	2

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, atualmente a Unidade correicionada realiza audiências uma ou duas vezes na semana, a depender do volume de processos aguardando a designação de audiências.

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2022	2023 até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	29	53
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	37	68
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	56	81
Da conclusão à prolação da sentença	9	4
Do ajuizamento até a prolação da sentença	60	84

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item		2022	2023 até até 28/2
Embargos de declaração	Recebidos	20	4
	Baixados	21	3
	Pendentes	-	1
Tutela Provisórias	Recebidos	17	2
	Apreciadas	12	2
	Pendentes	-	-
Liquidação /Execução	Recebidos	8	-
	Baixados	7	-
	Pendentes	-	-

6. Recursos interpostos (Fonte: Hórus)

1º/6/2022 a 28/2/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	62	62	1
Recurso adesivo	-	1	-
Agravo de petição	14	9	1
Total	76	72	2

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022**: **53** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **97** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **66** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/02**, é de **81** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **135** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **91** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **60** dias, para o ano base de **2022**, e de **84** dias, relativo a este ano de **2023, até 28/2**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **687** dias, e de **2.584** dias, referente ao exercício atual até o dia **28/2/23**.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2022	2023 até 28/2
Execuções pendentes	219	198
Execuções iniciadas	75	12
Desarquivados	105	77
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	98	86
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	141	4
Total de processos pendentes de execução	198	124

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (junho/2022 a fevereiro/2023):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 665.056,69	R\$ 150.106,46



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Espontâneo	PJe	R\$ 115.998,05	R\$ 23.477,15
Execução	PJe	R\$ 377.701,26	R\$ 58.470,88
TOTAL		R\$ 1.158.756,00	R\$ 232.054,49

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 20.701,33	R\$ R\$ 2.092,50
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 61.976,68	R\$ R\$ 4.602,90
Imposto de renda	PJe	R\$ 921,12	-
TOTAL		R\$ 83.599,13	R\$ 6.695,40

10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou a Desembargadora Corregedora que, no período correicionado, foram realizadas, no sistema PJe, **152** diligências por 01 oficial de justiça *ad hoc*. Segundo informações prestadas pela diretora de secretaria, as diligências são distribuídas de forma automática. A produtividade é lançada automaticamente no sistema.

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO JPE (1º/6/2022 a 28/2/2023)			
Oficial de Justiça	Diligências realizadas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes em 24/3/2023
Nivaldo Freitas Correia de Oliveira	152	155	-

11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORRECIONADO 1º/6/2022 a 28/02/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD		84
INFOJUD	PJe	17
RENAJUD	PJe	53
BNDT	Pendentes (PJe)	4
	Incluídos (PJe)	18

12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	86,70%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ - Índice de Processos Julgados	68,50%
Unidade Correicionada	88,47%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **28** casos novos (por distribuição) e **23** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 88,47%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,53 % da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,07% da Meta 2
	98,64% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	118,54% da Meta 3
	47,42% de índice de conciliação

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	83,78% da Meta 3
	33,52% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	107,15% da Meta 3
	42,86 % de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.	
Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	248,83%

Meta 5/2023 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	44,51%
Unidade Correicionada	76,69 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2023-01	9	1	43	106	82,69	99,06	93,71	
2023-02	22	81	37	53	54,41	39,26	44,33	

13. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma redução no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, nas fase de conhecimento e execução, entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente, redução.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 28/02
Fase de conhecimento	269	264	31
Fase de execução	184	107	81

Reitera a Corregedoria Regional que a unidade judiciária deverá incrementar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a Vara do Trabalho de Itaporanga encontra-se na **127ª** colocação, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 0 e 500 (34 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/1/2022 a 31/12/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi dade peso 0,2	Tx de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara de Guaporé	1º	4º	5º	15º	3º	2º
11ª Região - AM e RR - 1ª Vara de Coari	2º	23º	18º	3º	1º	1º
8ª Região - PA e AP - 1º Vara de São Félix de Xingu	3º	1º	1º	16º	2º	20º
13ª Região - PB - Vara de Itaporanga	11º	8º	8º	17º	10º	15º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conheci- mento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara de São Miguel do Guaporé	1º	48,39	59,76	582,91
11ª Região - AM e RR -	2º	50,66	168,33	1.058,94



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1ª Vara de Coari				
8ª Região - PA e AP - 1º Vara de São Félix de Xingu	3º	44,3	1	141,86
13ª Região - PB - Vara de Itaporanga	11º	82,01	92,91	931,79

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara de São Miguel do Guaporé	1º	289	83	3
11ª Região - AM e RR - 1ª Vara de Coari	2º	486	195	5
8ª Região - PA e AP - 1º Vara de São Félix de Xingu	3º	104	34	5
13ª Região - PB - Vara de Itaporanga	11º	289	86	5

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro/2022, estando a Vara do Trabalho de Itaporanga nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 22/3/2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
março 22	82º	30º	44º	470º	114º	915º
junho 22	262º	68º	40º	1202º	234º	1020º
setembro 22	165º	12º	24º	841º	293º	984º
dezembro 22	127º	9º	46º	875º	170º	911º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

JUÍZES

14. Afastamentos de Jurisdição

Marcello Wanderley Maia Paiva Dezembro/ 2022 a Fevereiro/ 2023			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	14/12/2022 a 20/12/2022	7

14.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face dos Magistrados que atuaram na Unidade correicionada durante o período correicionado.

14.2 Audiências realizadas (1º/6/2022 a 28/2/2023) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Instrução	Enc. Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação o Execução	Total
David Servio Coqueiro dos Santos - junho a dez/22	6	91	1	124	23	50	295
Lindinaldo Silva Marinho	-	5	-	15	1	-	21
Marcello Wanderley Maia Paiva - dez/22 a fev/23	3	3	-	8	-	-	14
Alisson Almeida de Lucena.	-	1	-	8	-	-	9

14.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação	Liquidação/ Execução	Total
David Servio Coqueiro dos Santos junho a dez/22	9	6	3	18
Marcello Wanderley Maia Paiva dez/22 a fev/23	3	2	-	5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

15. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Alisson Almeida de Lucena	2	-	-	-	-	-	-	-	2
David Servio Coqueiro dos Santos junho a dez/22	65	3	49	21	1	5	13	19	176
Lindinaldo Silva Marinho	4	3	3	3	-	2	-	-	15
Marcello Wanderley Maia Paiva dez/22 a fev/23	9	-	7	3	-	1	2	1	23

O então Juiz titular da vara correicionada, Dr. David Servio Coqueiro dos Santos, laborou 126 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,4 processo/dia entre os meses de junho a dezembro de 2022, e Dr. Marcello Wanderley Maia Paiva laborou 59 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 0,39 processo/dia entre os meses de dezembro de 2022 a fevereiro do corrente ano. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

15.1. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	138
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	62
Homologação da Transação Extrajudicial	9
Embargos de Terceiro Cível	2
Consignação em Pagamento	2
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	1
--	---

16. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças Líquidas	%
Lindinaldo Silva Marinho	-	0%
Marcello Wanderley Maia Paiva - dez/22 a fev/23	7	100%
David Servio Coqueiro dos Santos - junho a dez/22	44	84,62%

17. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Dias
Alisson Almeida de Lucena.	2
David Servio Coqueiro dos Santos	176
Lindinaldo Silva Marinho	15
Marcello Wanderley Maia Paiva	23

17.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 11 dias

Magistrados	Dias
David Servio Coqueiro dos Santos	8
Marcello Wanderley Maia Paiva	4
Lindinaldo Silva Marinho	52

18. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correção do ano de 2022 e a presente correção, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo o então juiz titular David Coqueiro dos Santos enviado resposta em 17/11/2022. Destacou o magistrado que a unidade correicionada teve diminuído o número de servidores, o que “retarda o nível de eficiência e produtividade”.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

19. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre junho de 2022 e fevereiro de 2023 - 09 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 3.874,25
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 44.599,09
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 19.496,02
Pagamento contribuições previdenciárias	R\$ 1.699,58
Recolhimento de custas processuais	R\$ 422,32
Recolhimento de imposto de renda	R\$ 1.628,33
Total	R\$ 71.719,59

20. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD N° 1882/2023), não houve participação de magistrados da Unidade correicionada, no exercício anterior, em cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, como também não consta presença em atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT n° 09/2011).

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD N° 2478/2023) estão abaixo descritas:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidores	Descrição
Carlos André Dias dos Santos	<p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>SIMPLIFICAÇÃO DE LINGUAGEM -PALESTRA ONLINE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>CURSO PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS - SISTEMA GARIMPO - VERSÃO 2.2.7 - PARTE NEGOCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a</p> <p>TRT - ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO -MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - CRIPTOATIVOS E BLOCKCHAIN, ASPECTOS PRÁTICOS - PERSECUÇÃO PATRIMONIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - DIABETES: CONTROLE E CUIDADOS SÃO OS SEGREDOS - PALESTRA / SEGEPE EM PARCERIA COM O SETOR DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - VIVER MELHOR, DA UNIMED JOÃO PESSOA</p> <p>TRT - DIREITO DAS MINORIAS E DISCRIMINACAO POR GÊNERO, RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL - WEBINÁRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>JURISPRUDÊNCIA CONTEMPORÂNEA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDO</p> <p>TRT - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - LEITURA DINAMICA E MEMORIZACAO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA</p> <p>TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL.</p> <p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO /</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - EMPREGADOS DOMÉSTICOS, TRABALHADORES RURAIS E MOTORISTAS PROFISSIONAIS (MÓDULO I) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO I - PALESTRA - EM BUSCA DA LIBERDADE FINANCEIRA / ESTRATÉGIA E POLÍTICA - ESTRAPOLI - SEGEPE</p> <p>TRT - REDAÇÃO JURÍDICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SEMINÁRIO ABRIL VERDE NO TRT 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
Marcondes Carvalho Sousa	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>CURSO OAB 2a FASE TRABALHO 36o EXAME / CEISC CURSOS PREPARATÓRIOS LTDA</p> <p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA</p> <p>TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Maria Madalena Barboza da Silva	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022)/ENAP
Nivaldo Freitas Correia de Oliveira	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP
Rafaela Nogueira Trajano	TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO /HÍBRIDO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Terezinha Oliveira Remígio	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO

Gonçalo de Sousa Pontes Júnior

21. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 07 despachos correicionais no PJe.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não houve, nos últimos seis meses, registro de ocorrência.

22. RECOMENDAÇÕES

Ao Exm. Juiz

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

2. Recomendações específicas

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;

c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000461-63.2019.5.13.0019, 0000489-31.2019.5.13.0019 e 0000328-55.2018.5.13.0019.

d) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;

e) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

À Diretora de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, especialmente os processos localizados na tarefa “Aguardando apreciação da instância superior”;
- d) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000457-26.2019.5.13.0019 e 0000114-25.2022.5.13.0019.
- e) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;
- f) velar, sob pena de responsabilidade, por meio de movimento processual específico no PJe, pela conclusão dos autos para decisão ou julgamento no prazo de 24 horas após a última audiência do processo, quando encerrada a instrução ou apresentadas as razões finais em momento posterior, conforme o caso (art. 23 do Provimento Consolidado do TRT13), evitando-se o ocorrido no processo 0000288-34.2022.5.13.0019.

Aos servidores

- a) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000457-26.2019.5.13.0019 e 0000114-25.2022.5.13.0019, onde o prazo foi lançado em dias e não por data certa (dois meses);
- b) utilizar a ferramenta Gigs para controle de processos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

c) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

23. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a Vara do Trabalho de Itaporanga tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra o cumprimento das Metas 2 (107,53%), 3 (118,54%) e 5 (248,83%) de 2022, ressaltando, ainda, que a unidade vem mantendo o mesmo padrão da correição anterior em relação à performance na meta 5, atinente às taxas de congestionamento das fases de conhecimento e execução.

Constata a Corregedora Regional, que a Unidade vem alcançando o cumprimento da Meta 3/2023 (107,15%) nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, apresentando um ótimo índice de conciliação no patamar de 42,86%, atinente às conciliações na fase de conhecimento.

Parabeniza o juiz titular pela expressiva redução do prazo médio - da conclusão à prolação da sentença - de 9 dias em 2022 para 4 dias no atual exercício (janeiro e fevereiro), recomendando aos magistrados que seja dada continuidade até o final deste exercício.

Em relação à análise dos mesoindicadores demonstrou a vara correicionada um ótimo desempenho obtido, especialmente, no item "acervo", que passou da posição 30ª em março/2022 para a 9ª posição em dezembro de 2022.

Todavia, demonstra a Desembargadora Corregedora preocupação com o aumento do tempo médio de duração do processo na fase de execução, que passou de 687 dias em 2022, para 2.584 dias, referente ao exercício atual até o dia 28/2, o que requer atenção da unidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Noutro norte, tratando-se do Igest, a Vara do Trabalho de Itaporanga têm-se mantido no primeiro quartil no último ano, entre a posição 66ª (dezembro de 2021) e 127º (dezembro de 2022), demonstrando-se os esforços para aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, ao tempo em que, também, chama atenção para a tendência de queda, recomendando-se, portanto, o constante monitoramento.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em cursos específicos voltados à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aqueles relacionados à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinalado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000288-34.2022.5.13.0019	0000254-59.2022.5.13.0019	0000037-79.2023.5.13.0019
0000054-57.2019.5.13.0019	0000457-26.2019.5.13.0019	0000042-72.2021.5.13.0019
0000286-64.2022.5.13.0019	0000279-72.2022.5.13.0019	0000500-60.2019.5.13.0019
0000785-24.2017.5.13.0019	0000114-25.2022.5.13.0019	0000004-31.2019.5.13.0019
0000285-79.2022.5.13.0019	0000278-87.2022.5.13.0019	0130347-57.2015.5.13.0019
0000234-44.2017.5.13.0019	0000130-13.2021.5.13.0019	0000189-35.2020.5.13.0019
0000171-43.2022.5.13.0019	0000277-05.2022.5.13.0019	0000111-70.2022.5.13.0019
0000472-92.2019.5.13.0019	0000466-85.2019.5.13.0019	

DESPACHOS CORREICIONAIS

0130518-48.2014.5.13.0019	0000147-49.2021.5.13.0019	0000397-87.2018.5.13.0019
0130127-30.2013.5.13.0019	0000461-63.2019.5.13.0019	0000489-31.2019.5.13.0019
0000328-55.2018.5.13.0019		